



CADERNOS DA
**DIVERSIDADE
CULTURAL**
Boas práticas do Mercosul

CUADERNOS DE LA
**DIVERSIDAD
CULTURAL**
Buenas Prácticas del MERCOSUR



Ministerio de Cultura
Presidencia de la Nación

MINISTÉRIO DA
CULTURA



**Presidente da República
Federativa do Brasil**
Michel Temer

Ministro da Cultura
Sérgio Sá Leitão

**Secretária da Cidadania
e da Diversidade Cultural**
Débora Albuquerque
Chefia de Gabinete
Cristiano Vasconcelos

**Departamento da
Diversidade Cultural**
Renata Machado

Equipe Técnica
Coordenação-Geral:
Cristiano Vasconcelos
Coordenação da publicação
Egerton Neto
Redação
Nemésia Antunes,
Patrícia Saldanha
Apoio
Martha Mouterde
Edição, revisão e projeto gráfico
ASCOM/MINC

A dinâmica cultural pressupõe a livre circulação de olhares, saberes e expressões que transbordem as fronteiras, constituindo um ambiente plural e diverso, repleto de trocas simbólicas e das práticas de se pensar e fazer esse mosaico que chamamos de cultura. A emergência da sociedade em rede, conectada digitalmente, suprime a cada dia as barreiras e intensifica as demandas de compartilhamento, parcerias e cocriação.

Neste contexto naturalmente permeável, faz-se necessário que os formuladores, gestores e executores das políticas públicas da cultura busquem cada vez mais integrar-se em rede para a troca de experiências exitosas, voltadas aos estímulos públicos concretizadores dos direitos culturais, especialmente aqueles relacionados à implantação e à gestão de meios e equipamentos que ampliem a fruição pública dos bens culturais; às políticas de financiamento direcionadas aos realizadores criativos, artistas e intérpretes; à preservação do patrimônio histórico-cultural; e à promoção e à difusão das expressões culturais tradicionais e locais, entre outras ações que justifiquem a presença do Poder Público como elemento de apoio às liberdades de criar, se expressar e transmitir.

Os países da América Latina possuem grande diversidade cultural, com elementos de marcante identidade local, porém contextualizados em um entorno cultural com fortes similitudes, o que nos torna plurais e diversos, contudo tão semelhantes, com elementos compartilhados e reconhecíveis mutuamente. Acrescentando nossas desigualdades socioeconômicas e desafios comuns de superação, observamos um terreno fértil à cooperação institucional.

Muito se tem a conhecer e reconhecer, a se compartilhar, trocar e experimentar, como sói à Cultura.

A reunião de ministros da Cultura do Mercosul, a ser realizada neste início de dezembro de 2017, será um relevante espaço para o exercício da colaboração entre países do bloco para o conhecimento de experiências que possam resultar na elaboração de políticas públicas de cultura cada vez mais consistentes e efetivas, alicerçadas nas melhores práticas.

Nas últimas décadas, os intercâmbios estabelecidos e as redes de parcerias resultaram em políticas, programas e ações comuns, provenientes de matrizes primígenas que foram extrapoladas para outros locais com demandas semelhantes e que, a partir da sua implantação, incorporadas as adaptações necessárias, ampliam e retroalimentam as bases de conhecimento sobre a eficácia, eficiência e efetividade das políticas originais.

Dentre as contribuições originadas no Brasil, destaca-se a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), sancionada em 2014. A PNCV é uma evolução do Programa Cultura Viva, de 2003, criado para reconhecer o fazer cultural e valorizar o Brasil profundo, constituído dos segmentos excluídos do acesso à política pública de cultura, impulsionando a potência advinda do protagonismo da cultura popular, das culturas indígenas, da cultura afro-brasileira, dos povos e das comunidades tradicionais, dos grupos e coletivos artísticos, da capacidade de atuação em rede dos coletivos jovens, da cultura digital, da colaboração de saberes, da economia solidária e da cultura de paz, entre muitos outros.

A experiência brasileira com a PNCV, que engloba mais de 4 mil Pontos de Cultura em todas as regiões do Brasil, vem servindo de inspiração para outros países, sobretudo latino-americanos, instituírem programas de promoção da cultura de base comunitária e emancipatória. Na Argentina, há hoje

677 Pontos de Cultura inspirados no modelo brasileiro. No Peru, são 287. A cidade colombiana de Medellín mantém programa semelhante. Na Costa Rica, o Ministério da Cultura local realiza regularmente caravanas pelo país para mapear e fomentar manifestações culturais populares.

O Cultura Viva também inspirou a criação, em 2014, no âmbito da Organização dos Países Ibero-Americanos (OEI), do Programa Ibercultura Viva. Com a participação do Brasil, da Espanha e de mais oito países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, El Salvador, México, Paraguai e Uruguai), a iniciativa visa apoiar o desenvolvimento cultural, econômico e social da região e fortalecer as políticas de base comunitária.

Nos próximos anos, tanto dentro dos espaços institucionais e das redes de especialistas, quanto nas ambiências espontâneas, esperamos conceber, compartilhar e receber contribuições criadas em outros países, dentro desta perspectiva orgânica de se pensar e fazer a política cultural, buscando comumente as melhores soluções para a superação dos nossos desafios, para os quais a Cultura pode ser um forte propulsor emancipatório, de desenvolvimento com liberdade.

Nesta revista Cadernos da Diversidade Cultural, saiba mais sobre a Política Nacional de Cultura Viva e conheça ações de Pontos de Cultura brasileiros voltadas às questões de gênero.

Ministério da Cultura do Brasil



A presente proposta corresponde ao projeto “Cadernos da Diversidade Cultural - Boas Práticas do Mercosul”, desenvolvido nesta primeira etapa, por equipes de trabalho ligadas ao tema da diversidade cultural dos Ministérios da Cultura do Brasil e da Argentina.

Para enfatizar o posicionamento da diversidade cultural na esfera das políticas públicas que envolvem os países ligados ao Mercosul, prevê-se que o bloco econômico seja integrado a uma produção sistemática que traga, além dos projetos culturais desenvolvidos, reflexões transversais a processos culturais, como o eixo de gênero e diversidade sexual, selecionado para esta experiência.

A revista tem como objetivo a produção de material específico sobre diversidade cultural e aborda duas dimensões interdependentes: a primeira está ligada ao reconhecimento e fortalecimento de coletivos afrodescendentes, culturas indígenas, mulheres e LGBTQI+, crianças, jovens, idosos e outros. A segunda gira em torno da sensibilização da sociedade em geral sobre os direitos culturais de diferentes grupos, desde a perspectiva de gênero, da federalização das políticas públicas e interculturalidade como critérios orientadores.

Nesse sentido, é necessário promover estratégias sistemáticas, como a produção de materiais especializados ligados à diversidade cultural, que contribuam não só para a profissionalização dos trabalhadores culturais na região, mas também para o posicionamento dos mesmos enquanto promotores da cultura de paz e inclusão social.

Cooperação Internacional **Cadernos da Diversidade Cultural**

A revista Cadernos da Diversidade Cultural/ Cuadernos de la Diversidad Cultural é uma publicação eletrônica que tem o objetivo de servir

de espaço de divulgação e troca de experiências, conhecimentos e intercâmbio na área de políticas de fomento e difusão da diversidade cultural dos países-membros do Mercado Comum do Sul. A iniciativa surgiu no âmbito da Comissão de Diversidade Cultural do Mercosul, durante reunião realizada em Buenos Aires, em maio de 2017.

Esta edição piloto foi construída bilateralmente entre os Ministérios da Cultura do Brasil e da Argentina com a intenção de ser apresentada aos demais países na reunião da CDC/Mercosul, realizada em Olinda (PE) nos dias 13 e 14 de novembro de 2017, quando os demais parceiros do bloco foram convidados a participar da elaboração da revista. O tema escolhido para esta primeira edição foi “Políticas de Gênero e Diversidade Cultural”.

A revista cumpre um dos preceitos estabelecidos pelo Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, em seu artigo XV, aprovado na XI reunião do Conselho do Mercado Comum, em Fortaleza (CE), em dezembro de 1996, que estabeleceu aos países-membros a responsabilidade de divulgar e promover em seus territórios, pelos meios de comunicação ao seu alcance, as manifestações culturais do Mercosul.

Desde a ratificação do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul até os dias de hoje, muitas políticas e atividades culturais foram realizadas em parcerias entre os países-membros do bloco econômico, nas mais diversas áreas da criação simbólica, tais como acordos de coprodução na área audiovisual, na área de museus e exposições e na troca de experiências de políticas públicas para o incentivo e a proteção da cultura popular de seus povos. A Lei Cultura Viva, criada a partir do programa de mesmo nome, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, é um grande exemplo dessa integração.

A experiência bem-sucedida dos Pontos de Cultura foi repassada para os demais países do bloco e hoje, também fomentam a cultura popular em outros países latino-americanos, como Chile, Peru, Colômbia e Costa Rica.

A revista Cadernos da Diversidade Cultural/ Cuadernos de la Diversidad Cultural veio com esta missão: espelhar toda a rica diversidade cultural da região do Cone Sul das Américas, falar sobre experiências e intercâmbio de políticas públicas no setor e valorizar cada vez mais a cultura de nossos povos.

Débora Albuquerque,
Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do
Ministério da Cultura do Brasil.



Debate de gênero por meio da diversidade cultural

A experiência do Programa
Cultura Viva no Brasil

Mola mestra das ações da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Brasil (SCDC/MinC), o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi criado em julho de 2004 (Portaria nº 156/06/2004) e regulamentado no ano seguinte (Portaria nº 82/18/2005). Surgiu com a missão de trazer ao amparo das políticas públicas a cultura popular do País e de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade. O Programa Cultura Viva foi erguido sobre unidades básicas espalhadas por todo o Brasil: os Pontos de Cultura.

Esses pontos são formados por grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem ou articulam atividades culturais em suas comunidades. Os Pontos de Cultura são coordenados e articulados por unidades maiores, regionais ou temáticas, chamadas de Pontões de Cultura.

O Programa nasceu para alcançar as populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.

Ao longo de seus 13 anos de existência, o Cultura Viva alcançou importantes resultados ao fomentar, desde sua implantação até os dias de hoje, cerca de 4 mil Pontos de Cultura em todos as unidades da Federação brasileira.

Inicialmente, era formado por cinco ações: Pontos de Cultura (convênios), Escola Viva, Griôs, Cultura Digital e Cultura e Saúde; sendo todas as atividades vinculadas aos Pontos de Cultura.

Com a evolução, o Programa Cultura Viva amplia-se e envolve novos focos de apoio e parcerias. Para dar forma a essa dinâmica, o MinC previa a concessão de prêmios e bolsas por meio de editais sempre atrelados às necessidades e ao desenvolvimento dos Pontos de

Cultura. São eles: Prêmio Cultura Viva, Prêmio Agente Escola Viva, Prêmio Agente Cultura Viva, Prêmio Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto, Prêmio Cultura e Saúde, Prêmio Tuxaua, Prêmio Interações Estéticas, Prêmio Pontos de Mídia Livre, Prêmio Areté, Prêmio Estórias de Pontos de Cultura, Prêmio Ludicidade e Pontinhos de Cultura.

Em 2007, o Programa Cultura Viva muda a sistemática para descentralizar a implantação dos Pontos de Cultura, reforçando objetivos e metas do Programa Mais Cultura (uma política pública do Governo Federal em parceria com ministérios, bancos públicos, organismos internacionais, instituições da sociedade civil e governos estaduais e municipais).

Em 2011, a proximidade conceitual entre os Programas Cultura Viva e Brasil Plural - que fomentava projetos de valorização da identidade e diversidade da Cultura brasileira - levou o ministério a iniciar o redesenho do Cultura Viva, cuja proposta era a da integração definitiva entre os dois programas.

O redesenho do Programa Cultura Viva

A fusão definitiva só ocorreu em 2013, com a publicação, no Diário Oficial da União (DOU), da Portaria do Ministério da Cultura (MinC) nº 118, reestruturando o Programa Cultura Viva. A portaria foi formulada com base em estudos feitos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), sobre os Pontos de Cultura. O documento amplia a área de abrangência, incluindo os temas da diversidade cultural do Brasil no escopo das ações do programa, altera as formas de apoio aos projetos culturais e inclui estados, municípios e o Distrito Federal aos grupos de parceiros da Rede Cultura Viva, consolidando a reestruturação iniciada com a criação do Programa Mais Cultura.

A portaria formaliza a consolidação do Pacto Federativo em torno do Programa Cultura Viva,

compartilhando responsabilidades entre a União, estados, municípios e o Distrito Federal mediante a institucionalização de mecanismos de fiscalização e de gestão compartilhada entre os entes federados. O nome do programa foi modificado para Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva.

Entre as principais mudanças que a portaria trouxe está o reconhecimento de grupos e coletivos sem personalidade jurídica, que desenvolvam atividades culturais em suas comunidades, como Pontos de Cultura. Essa decisão permitiu ampliar significativamente a base de beneficiários do programa, considerando que muitos grupos culturais não possuem CNPJ, tais como comunidades quilombolas, comunidades indígenas e os grupos de cultura popular e tradicional.

As formas de fomento aos projetos culturais foram ampliadas e passaram a incluir o lançamento de editais de Prêmios de Reconhecimentos e concessão de Bolsas de Apoio de iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais/distrital. As Redes de Pontos e Pontões de Cultura passam a ser reconhecidas no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC), como unidades culturais de base comunitária.

O programa incorpora como público-alvo de ações prioritárias amplos segmentos da diversidade cultural do Brasil, tais como: comunidades indígenas e quilombolas, grupos LGBT, pessoas com deficiência, população sem teto, pessoas privadas de liberdade, pessoas em sofrimento psíquico, infância, juventude e terceira idade, entre outros.

Lei Cultura Viva

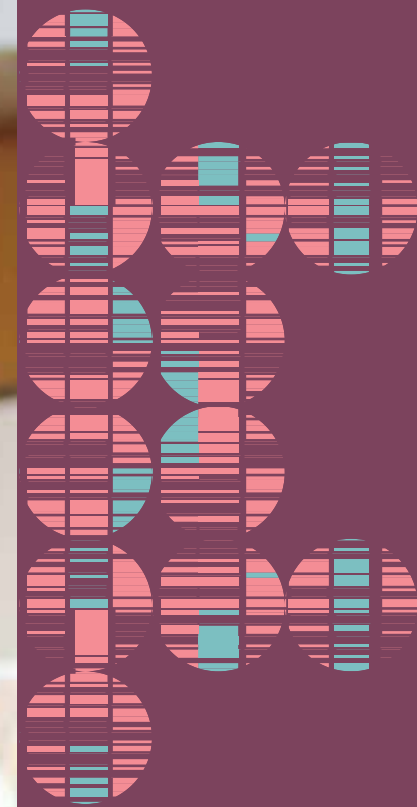
A partir de julho de 2014, uma das políticas culturais com mais capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura (MinC) passa a ter legislação própria: foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff a Lei Cultura Viva. Na época, havia, mais de três mil

Pontos presentes em cerca de mil municípios, de 26 unidades da Federação, que reuniam em suas ações cerca de oito milhões de pessoas, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A Lei transformou o então Programa Cultura Viva e sua ação estruturante mais conhecida, os Pontos de Cultura, na Política Nacional de Cultura Viva, simplificando e desburocratizando os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil. A Lei veio para dar perenidade a uma política pública e a transformá-la em um compromisso constante do governo com a cultura do País.

A Lei Cultura Viva foi o resultado de um intenso processo de escuta e participação social, que envolveu os Pontos de Cultura, parlamentares, gestores estaduais e municipais, universidades e órgãos de controle. Foram propostos dois novos instrumentos de gestão da política: a autodeclaração, por meio do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura (CNP), e o Termo de Compromisso Cultural (TCC).

A autodeclaração dos Pontos de Cultura permite o reconhecimento, o mapeamento e a certificação de entidades e coletivos culturais que queiram tornar-se Pontos de Cultura. Já o TCC é um novo instrumento de parceria entre o Estado e os Pontos que receberão recursos, mais simplificado e adequado à realidade dos agentes culturais.



As mulheres e a Cultura Viva



Como instrumento de fomento e difusão, a Política Nacional de Cultura Viva é a principal ferramenta de apoio a um enorme leque de manifestações e iniciativas que compõem a diversidade cultural brasileira. Tendo esse escopo, a PNCV consagra a diversidade cultural brasileira como um patrimônio dinâmico, vivo, construído por aqueles que fazem a cultura na ponta. Assim, possibilita o apoio institucional sem restringir a livre manifestação de grupos e expressões culturais.

Dentre as ações que compõem a Política Nacional de Cultura Viva, destacamos, nesta primeira edição da revista Cadernos da Diversidade Cultural, os projetos voltados à área de gênero, que é uma temática transversal ao escopo do programa. Em específico aos 20 Pontos de Cultura que optaram por pautar esse tema como primeira opção de público-alvo.

A PNCV incentiva mantendo a liberdade dos Pontos e Pontões de definirem suas abordagens. Tal característica possibilita que a pauta de gênero seja trabalhada em perspectivas múltiplas, como no caso das Bordadeiras de Itaperuna, em que uma indústria criativa e solidária possibilita a inclusão social e serve como alternativa financeira às famílias de baixa renda. Ou ainda no caso do Coletivo Feminino Plural, que por meio de uma atuação multifacetada, busca aliar as linguagens artísticas a uma perspectiva de gênero emancipadora – transformando expressões culturais, como dança e teatro, em plataformas para discussões da mulher.

Ao delegar o papel da formulação da política cultural à sociedade civil, a PNCV visibiliza e empodera os fazedores de cultura. Ao mesmo tempo, o Estado reforça seu papel na garantia

de direitos e no fomento a uma realidade dinâmica e extremamente rica. Essa conjuntura tanto fortalece aqueles que integram o debate de gênero à cultura, como deixa as portas do Estado abertas para que abordagens inovadoras, criadas na sociedade civil, possam ser observadas e posteriormente adotadas como política governamental. O poder público torna-se, passo a passo, um reflexo das mudanças sociais ocorridas na ponta: por uma sociedade que inclua e respeite as mulheres.



Bordadeiras de Itaperuna

O grupo de bordadeiras de Itaperuna (RJ) teve início em um curso no Sindicato das Indústrias de Confeção de Roupas do Noroeste do Rio de Janeiro, em 2004, com o objetivo de agregar valor às confecções locais e resgatar uma antiga tradição no município: a do bordado. Mais tarde, foi criada a Associação de Bordadeiras de Itaperuna – Bordando o Futuro, que chegou a ter mais de 150 artesãs.

A associação é coordenada por dona Maria Alice França de Oliveira, uma entusiasta do ofício, que não mede esforços para manter viva a arte do bordado no município fluminense. Com mais de 80 anos de idade, professora aposentada, ela fez do trabalho com as bordadeiras uma ação de inclusão social dando opção de renda para mulheres na terceira idade ou para aquelas que não podem trabalhar fora de casa por se dedicarem aos cuidados de familiares doentes.

Em 2008, a Associação de Bordadeiras de Itaperuna foi selecionada em um edital do Ministério da Cultura (MinC) para a transformação do grupo de artesãs no Ponto de Cultura Bordando o Futuro. O Ponto faz parte da Rede de Pontos de Cultura do Rio de Janeiro, gerida pela Secretaria de Cultura do estado. Durante três anos, recebeu as bolsas de apoio financeiro concedidas pelo Programa Cultura Viva, do MinC, para implantação do Ponto de Cultura e aumentou exponencialmente o número de mulheres atendidas pelo projeto. “Na época em que recebíamos recursos do governo, chegamos a ter mais de 300 alunas de bordado. Foi uma fase muito boa, ampliamos bastante o nosso trabalho”, comentou dona Maria Alice.

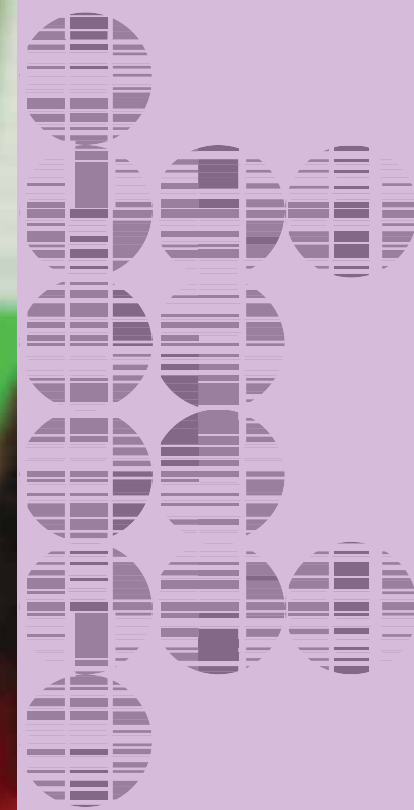
Dezessete anos mais tarde, o Ponto ainda mantém o vigor das ações culturais voltadas à comunidade de baixa renda de Itaperuna e participa de feiras de artesanato em todo o País. Em 2007, foi agraciado com o troféu Cultura Nota Dez, em um concurso de arte e artesanato no estado do Rio de Janeiro. Além das oficinas, oferece também formação cidadã

a suas alunas, orientando-as sobre seus direitos e deveres e ensinando a trabalharem com reciclagem de produtos para a proteção do meio ambiente.

Dona Maria Alice conta que a procura pelas oficinas de bordado continua grande, principalmente nesta época de crise de empregos no Brasil, em que donas de casa e mulheres de todas as idades procuram as oficinas para terem uma opção a mais de renda nas famílias.

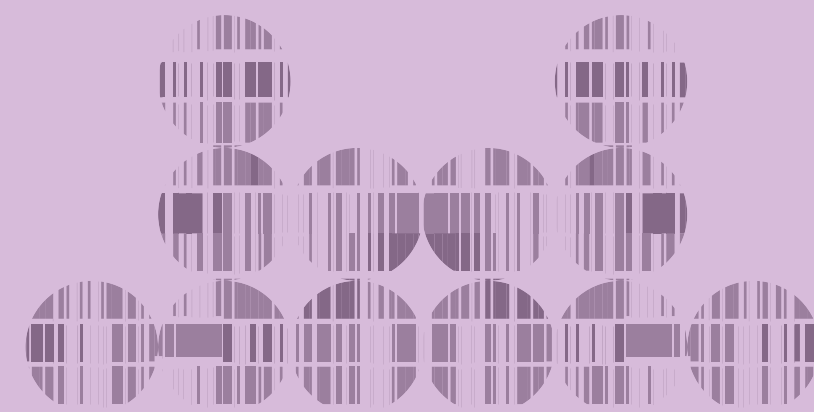
Atualmente, o Ponto de Cultura conta com cinco funcionárias permanentes, incluindo dona Maria Alice, que ministra aulas gratuitas às mulheres da região e fornece os “riscados” para as alunas praticarem em casa. “O trabalho aqui é de voluntariado. Tenho isso como uma missão. Sou aposentada e faço do trabalho com o bordado a motivação de minha vida”, afirmou.

Após ensinar a bordar, dona Maria Alice compra os bordados das alunas e os transforma em confecções, tais como bolsas, almofadas e roupas, para serem vendidas no comércio do município. É com esse dinheiro que ela mantém as atividades do Ponto de Cultura. Recebeu uma ajuda da prefeitura de Itaperuna (RJ), que cedeu a sede do projeto, e aguarda com esperança a abertura de novo edital para Pontos de Cultura já certificados pelo MinC, para poder dar continuidade às oficinas e ampliar a oferta de vagas às mulheres da comunidade.



Ponto de Cultura mantém foco em

atender meninas
e mulheres



Valorizar a mulher na sua essência, ajudá-la a conhecer os seus direitos sexuais e reprodutivos, dando-lhe autonomia na exploração do próprio corpo, e a sua valorização enquanto sujeito ativo na sociedade é o foco do Ponto de Cultura Feminista: corpo, arte e expressão, que nasceu de um projeto coordenado pelo Coletivo Feminino Plural. O coletivo surgiu em 1996 e é composto por mulheres que se identificam com a luta em favor dos direitos humanos e da cidadania com o propósito de atender diretamente, por suas ações, jovens entre 13 e 21 anos.

Todas as facilitadoras do projeto e agentes culturais são capacitadas nos temas de direitos humanos com enfoque nas relações de gênero e étnico-raciais e todas as oficinas são precedidas de rodas de conversas sobre feminismo.

Resultado do convênio entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), por meio da Secretaria de Cultura do Estado e o Ministério da Cultura, o Ponto foi contemplado no Edital 11/2012 da Rede RS de Pontos de Cultura e a assinatura do contrato ocorreu em 2014. Desde então, mantém-se em atividade com o objetivo principal de acionar o corpo, em especial o corpo das mulheres.

Coordenado pela jornalista Roberta Mello, o Ponto conta com um comitê gestor composto por entidades parceiras. São elas: a ONG Cirandar, a Associação Cultural Beneficente Ilê Mulher, a Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, as atrizes/performers Andressa Cantergiani e Carolina Pommer, a diretora de cinema Mirela Kruehl e o Grupo Inclusivass de mulheres com deficiência.

Segundo a coordenadora, o Ministério da Cultura, por intermédio dos Pontos de Cultura e do Programa Cultura Viva, contribuiu para a ampliação dos debates realizados pelo Coletivo Feminino Plural em torno das expressões artísticas femininas e para a valorização dos saberes e fazeres do gênero, para a transformação de nossa sociedade em um lugar mais

justo e igualitário. “Principalmente nos últimos 13 anos, o Ministério da Cultura refletiu o movimento de valorização da arte e da cultura questionadora, inclusiva, descentralizadora, periférica e feminista. O papel do Estado é este, refletir as mudanças sociais e fomentar a justiça social”, enfatizou Roberta.

Ao longo de quase quatro anos, o Ponto desenvolve oficinas de teatro, literatura, dança, grafite, ativismo e comunicação, rodas de conversa, saraus literários ações de ativismo feminista e performance na região central de Porto Alegre e no bairro Restinga, onde as jovens participantes vêm de contextos de vulnerabilidade social e econômica. “Consideramos que a valorização da produção artística das mulheres e meninas, a livre expressão e o desenvolvimento da autonomia são fundamentais para uma mudança de cultura e para o fim de todas as formas de violência contra as meninas e mulheres”, afirmou Roberta Mello.

Para a coordenadora, os Pontos de Cultura e a Lei Cultura Viva representam uma política essencial na redução das desigualdades produzidas historicamente e mantidas pelos padrões culturais. “Transformar o mundo transformando a si mesma é um dos fundamentos do feminismo que guia nossa trajetória”, concluiu.



CUADERNOS DE LA

DIVERSIDAD CULTURAL

Buenas Prácticas del MERCOSUR

<p>Presidencia de la Nación Argentina Mauricio Macri</p>	
<p>Ministro de Cultura Alejandro Pablo Avelluto</p>	
<p>Secretaría de Integración Federal y Cooperación Internacional Iván Petrella</p>	<p>La Convención de la Diversidad UNESCO 2005 y los principios de Yogyakarta 2007, han servido para prestar especial atención a los derechos de los colectivos de la diversidad cultural, sexual y de género. Tanto en lo que se refiere a la sanción de leyes como al dictado de políticas dirigidas a su promoción y desarrollo. Para nuestro país se trata de políticas de Estado.</p>
<p>Secretaria de Cultura Ciudadana Andrés Gribnicow</p>	
<p>Subsecretaria de Cooperación Cultural Antonio Kyore Beun</p>	<p>A través de los “Cuadernos de la Diversidad. Buenas prácticas en el Mercosur”, nos proponemos relatar experiencias alentadoras del campo de la cultura que reflejen con hechos el compromiso que la región ha asumido en ésta materia.</p>
<p>Subsecretaria de Cultura Ciudadana Nicolás Roibás</p>	
<p>Dirección Nacional de Cooperación Internacional Beatriz Vivas</p>	
<p>Dirección Nacional de Diversidad y Cultura Comunitaria Paola Gallia</p>	
<p>Autoras. Producción de contenidos y redacción de la publicación Alicia G. Agüero Laura A. Arruzazabala María Fabiana Almeida</p>	
<p>Secretaría Técnica del Mercosur Maximiliano Vera Graciela Guarido</p>	<p>Ministerio de Cultura de la Nación Argentina</p>



PRESENTACIÓN

La presente propuesta corresponde al proyecto “Cuadernos de la Diversidad Cultural - Buenas Prácticas del MERCOSUR”, desarrollados en esta primera etapa, por equipos de trabajo vinculados al tema de la diversidad cultural de los Ministerios de Cultura de Brasil y Argentina.

Con la finalidad de subrayar el posicionamiento de la diversidad cultural en la esfera de las políticas públicas que involucra a los países ligados al MERCOSUR, se prevé la integración del bloque en una producción sistemática que aporte más allá de las prácticas significativas; marcos reflexivos de intervención transversales a los procesos culturales como el eje de género y diversidad sexual seleccionado para esta experiencia.

Este material pretende abordar dos dimensiones interdependientes; la primera ligada al reconocimiento y fortalecimiento de los colectivos afrodescendientes, culturas autóctonas, mujeres y LGTBIQ, pueblos originarios, niñez, juventud, adultos mayores y otros. La segunda gira en torno a la sensibilización y visibilización de la sociedad en general sobre los derechos culturales de diferentes grupos, a partir de la perspectiva de género, federalización e interculturalidad como criterios orientadores.

En este sentido, es necesario promover estrategias sistemáticas como la producción de materiales especializados vinculados a la diversidad cultural, que contribuyan no solo a la profesionalización de los trabajadores de la cultura en la región sino también al posicionamiento de los mismos como propulsores de la cultura de paz e inclusión social.



“El lugar de la mujer en los distintos ámbitos culturales”

Experiencias en torno
a las Mesas de Género
y Diversidad Sexual



La Convención de la Diversidad UNESCO 2005() y los principios de Yogyakarta 2007 (), han servido para prestar especial atención a los derechos de los colectivos de la diversidad cultural, sexual y de género. Tanto en lo que se refiere a la sanción de leyes como al dictado de políticas dirigidas a su promoción y desarrollo. Para nuestro país se trata de políticas de Estado.

A través de los “Cuadernos de la Diversidad. Buenas prácticas en el Mercosur”, nos proponemos relatar experiencias exitosas en el campo de la cultura y que reflejen con hechos concretos el compromiso que la Región ha asumido en ésta materia.

El proyecto “El lugar de la mujer en los ámbitos culturales” se implementa desde la Dirección Nacional de Diversidad y Cultura Comunitaria del Ministerio de Cultura de la Nación Argentina, en articulación con múltiples actores de los territorios regionales pertenecientes en su mayoría al ámbito público y de organizaciones no gubernamentales.

Las actividades se realizaron con el objetivo de generar espacios de reflexión y análisis acerca del protagonismo de la mujer y de los colectivos de la diversidad sexual y de género en los ámbitos culturales y artísticos regionales.

La metodología de trabajo se caracteriza por tres momentos neurálgicos del espacio de reflexión:

- 1- el encuadre conceptual que aborda la diversidad cultural a nivel general, y de manera específica la perspectiva de la mujer, y de la diversidad sexual y de género. Ese primer momento está a cargo de representantes del Ministerio de Cultura.
- 2- las exposiciones de experiencias significativas donde se resalta la participación de referentes institucionales y comunitarios ligados a la temática en el territorio.
- 3- el debate reflexivo orientado por las acepciones, prácticas y testimonios expuestos en las instancias previas, con participación del público.

La secuencia descripta arroja como resultado el registro situacional, priorización de problemáticas y alternativas de resolución conjunta en cada contexto particular, elemento fundamental en la formulación y evaluación de las políticas públicas.

Los festivales, que en general son de larga data aunque hay algunos que fueron iniciados recientemente, se definen como espacios de expresión artística popular con presencia masiva de público y en el que se expresan formas de la tradición. La articulación con los festivales que se realizan en pueblos del interior del país, facilita la presencia de diferentes colectivos y el impacto en los medios de comunicación locales. En ellos hemos podido problematizar las prácticas arraigadas en la costumbre, donde el lugar de la mujer y más aún, del colectivo LGTBIQ () se encuentra poco visibilizado.

La primera experiencia de las Mesas, se realizó en el marco de tres eventos artísticos desarrollados en el año 2017, los que describiremos a continuación:

I) 27 Fiesta Nacional del Chamamé y 13 del Mercosur

Fiesta realizada en el mes de enero en la ciudad capital de la provincia de Corrientes que forma parte de la Región del Nordeste Argentino. Reúne desde hace veintisiete años a representantes de la música chamamecera de la región del litoral argentino, y desde hace trece años, convoca a artistas de los países del MERCOSUR.

La mesa de mujeres chamameceras, fue organizada por el Ministerio de Cultura de la Nación (Dirección Nacional de Diversidad y Cultura Comunitaria) en articulación con el Instituto de Cultura de la provincia Corrientes. Contó con la participación de mujeres músicas, locutoras y periodistas locales, de distinta trayectoria. El tema central de la mesa fue la participación de las mujeres en los espacios artísticos, posicionamientos y oportunidades

dentro del Festival y en el ámbito laboral artístico/musical. En las ponencias aparecieron temas de acoso laboral, violencia doméstica, la inequidad en el reparto de los cupos para subir a escena, la necesidad de corregir esas asimetrías.

También se habló sobre la necesidad de reflexionar e interpelar desde la perspectiva de género, el contenido poético de muchos de los temas musicales chamameceros y del folklore en general, que ubican a la mujer ya como “musa inspiradora”, ya como la promotora del dolor del hombre, y muy pocas veces como auténtica protagonista de la historia, a la par de los hombres.

II) 76° Fiesta Nacional de la Olivicultura

La celebración se realiza en la Ciudad de Aimogasta, provincia de La Rioja situada en la Región del Noroeste Argentino, área llamada también Nuevo Cuyo, a fines del mes de mayo.

La mesa de reflexión fue organizada por el Ministerio de Cultura de la Nación (Dirección Nacional de Diversidad y Cultura Comunitaria) en articulación con las Direcciones de: Cultura, La Mujer, y Género, todas pertenecientes a la Municipalidad de Arauco, provincia de La Rioja.

Los resultados obtenidos a partir del encuentro fueron variados; la repercusión del tema en los medios de comunicación trascendentes al ámbito meramente cultural, la posibilidad de actualización conceptual en relación a la mujer andina y la presencia de “lo femenino” en la cultura ancestral (diaguita) a través de sus divinidades. Se expuso sobre las distintas manifestaciones del colectivo LGTBIQ en la construcción de las culturas americanas desde tiempos prehispánicos.

El espacio permitió el conocimiento y análisis de las actividades que desarrollan tanto organismos del gobierno municipal como mujeres referentes locales y/o regionales, cotejando las mismas con las definiciones y lineamientos expuestos en relación al género y

diversidad sexual. Hubo presencia de representantes de organizaciones del colectivo LGTBIQ de todo el país.

III) 50° Fiesta Nacional e Internacional del Poncho

Se lleva a cabo desde el año 1967, en la ciudad de San Fernando del Valle de Catamarca, capital de la provincia de Catamarca perteneciente a la región del Noroeste Argentino. Se realiza todos los años a mediados del mes de julio y congrega a hilanderos/as y tejedores/as de la región, y a lo largo de los años se ha asumido como la fiesta de la identidad catamarqueña.

La mesa de reflexión y debate fue organizada en forma conjunta por el Ministerio de Cultura de la Nación (Dirección Nacional de Diversidad y Cultura Comunitaria) y la Secretaría de Cultura de la provincia de Catamarca. La reunión se realizó en el Salón Bicentenario del Predio Ferial.

Entre las cuestiones sobresalientes pueden remarcarse: el impacto en los medios masivos de comunicación del tratamiento del tema género y diversidad sexual a partir de la actividad cultural propuesta, acercamiento de organizaciones sociales y/o referentes que la abordan desde distintos campos de acción, dinamización de alianzas para la generación de otras actividades alusivas, conocimiento y difusión de casos particulares significativos del entorno local y regional.

Según la Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales (UNESCO, 2005), al abordar el concepto de diversidad se referencia a la multiplicidad de formas en que los grupos y las comunidades van transmitiendo su patrimonio, producciones y creaciones cualesquiera sean sus medios y tecnologías. Aquí adquieren protagonismo los contenidos culturales, cuya dimensión simbólica se manifiesta en expresiones transmitidas como actividades, bienes y servicios del sector.

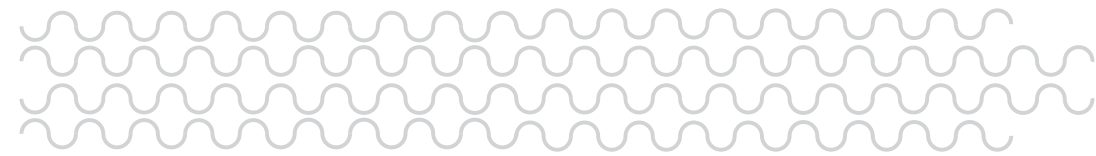
En este sentido, es importante remarcar la competencia del Estado como garante de los derechos culturales de la ciudadanía y su atención indelegable en torno a las necesidades de los diferentes colectivos inmersos en un “paisaje cultural complejo” constituido y/o atravesado históricamente por problemáticas de género y diversidad sexual; ligadas al lugar subordinado de las mujeres en distintos contextos más allá de las formas, intensidades y modalidades que presenten los emergentes coyunturales.

A partir de las experiencias de las mesas de debate es posible realizar apreciaciones generales en base a acepciones pertinentes;

- El grado de intensidad del paradigma patriarcal se relaciona de manera estrecha con la configuración socio-histórica de cada lugar. En todos los casos el mantenimiento del poder masculino excluye total o parcialmente de la esfera decisional a las mujeres y a los colectivos LEGTBIQ.

- La necesidad de articulación de las políticas públicas destinadas al género y diversidad sexual en sus distintos niveles y competencias, cuya articulación proporcionaría un tratamiento más integral y/o estructural de la problemática de desigualdad de derechos expuesta.

- El posicionamiento de la cultura como herramienta de transformación social. Mediante la práctica cultural descripta es evidente la trascendencia de la discusión de los planos artísticos y de gestión cultural para movilizar otras reflexiones en torno al rol de la mujer en la sociedad, la valoración en los ámbitos laborales y cotidianos, las formas de reproducción machistas, la responsabilidad de los medios de comunicación desde la perspectiva de género y diversidad sexual.



Ministerio de Cultura
Presidencia de la Nación

MINISTÉRIO DA
CULTURA



